

EDITORIAL

DOSSIÊ SOCIEDADE, DIREITOS E JUSTIÇA COGNITIVA, Parte I, constitui o cerne de mais um número da *CRONOS* – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS). Tendo em vista o grande número de trabalhos enviados ao II Colóquio Internacional Sociedade, Direitos e Justiça Cognitiva, dividimos o dossiê temático em dois números da Revista Cronos. Parte I: v.16, n.1, Parte II: v.16, n. 2, agrupando-os pelas temáticas mais próximas. Esse Segundo Colóquio foi promovido pela UFRN, em 2015, tendo se constituído numa confluência intelectual e afetiva, devido ao interesse que despertou em diversificadas instâncias acadêmicas e de outras formas de saberes e de conhecimento. Tanto assim que, poeticamente, nos remetemos à epígrafe “*Oamor não tem que ser solene, mas vivido intensamente*”, trata-se de um evento idealizado para disseminar e refletir coletivamente a produção intelectual e de publicações resultantes do intercâmbio entre o Centro de Estudos Sociais, CES, da Universidade de Coimbra e o Observatório Boa-Ventura de Estudos Sociais (OBES) do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Iniciativas dessa natureza objetivam fortalecer a interlocução e as trocas interculturais entre as instituições. Na perspectiva dos estudos pós-coloniais trata-se de incentivar uma produção acadêmica pautada pela descolonização das ideias, em sintonia com as epistemologias do sul, tendo como pressuposto teórico-metodológico repertórios intelectuais de autores clássicos e contemporâneos. O público a que se destinava o evento em

apreço era constituído principalmente de Professores e estudantes de graduação e pós-graduação da UFRN, do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNIRN) e da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), assim como pessoas integrantes de movimentos sociais e de outras instâncias da sociedade civil organizada.

O fato de contar com participantes e articulistas de origem diversa no âmbito do sul global, tanto no evento como nas publicações, evidencia o esforço para ampliar o diálogo e os laços sociais sul/sul, no sentido de fortalecer a constituição de uma ciência social emancipatória, ancorada na ecologia dos conhecimentos e na democracia cognitiva.

Colóquio foi realizado, em 2006, com a presença do Professor Boaventura de Sousa Santos, com as conferências e artigos publicados no Dossiê da revista *CRONOS*, v.8, n.1, 2007: Globalizações alternativas. Esta foi uma das primeiras temáticas da obra do cientista social português a ser estudada pelo Grupo Boa-Ventura.

Na fase preparatória do mencionado Colóquio, ampliamos o estudo da sua obra, para além da UFRN, alcançando a comunidade acadêmica vinculada a outras instituições e além-fronteiras da vida universitária, quando foi ministrado um seminário denominado, “Seminário Sociologia das Ausências”, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Tal evento dava prosseguimento de forma mais abrangente ao que já vínhamos realizando desde 2002, no Grupo

de Estudos Boa-Ventura, acolhido no Grupo de Pesquisa Cultura, Política e Educação. Convém esclarecer que o antigo Grupo, foi elevado, pelo CNPq, a condição de Observatório Boa-Ventura de Estudos Sociais, tendo em vista sua agenda de pesquisas e o trabalho realizado em todos esses anos, inclusive em âmbito internacional. Desse modo integra uma rede Internacional do Observatório, conectando pós-graduações e grupos de pesquisa da UFRN, Universidades e Centros Universitários do Nordeste, de outros estados do Brasil e universidades de Portugal, para fortalecer uma internacionalização tendo como base os conhecimentos plurais, os estudos pós-coloniais e a luta por uma globalização contra hegemônica.

Com a publicação do presente dossiê, os protocolos de intercâmbio firmados entre as universidades e centros universitários se faz gesto. Dessa maneira, podemos materializar as trocas culturais e intercâmbios de pesquisa de “um fado acadêmico tropical”, travando intenso diálogo com a produção bibliográfica nas Ciências Sociais vigentes nos dois países e nas Ciências Jurídicas e Sociais, do Mondego ao Potengi, mas também de outras partes do sul global, como o continente africano e América Latina, como dissemos certa vez, nos primeiros trabalhos do Grupo de Pesquisa, apresentados em Portugal.

Vale ressaltar que o berçário dessas ideias contra hegemônicas, sempre foi o Grupo de Pesquisa Cultura, Política e Educação constituído, em 1992, a primeira Base de Pesquisa do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, e a segunda da UFRN. Daí emergiu uma dinâmica rede

intelectual que iria desaguar tanto os primeiros intercâmbios nacionais e internacionais, como na publicação das duas revistas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: *CRONOS* e *Inter-Legere*. São inequívocas, portanto, as contribuições do Grupo de Pesquisa Cultura, Política e Educação, para a consolidação desses polos da vida acadêmica em Ciências Sociais, incluindo, inclusive, a formação docente à medida que um número considerável de dissertações e teses, foi elaborado mediante a orientação dos professores que integram o seu quadro de pesquisadores.

Em face desse parlamento de ideias, ao se pensar na realização do Colóquio Internacional Sociedade, Direitos e Justiça Cognitiva, imediatamente surgiu a oportunidade de organizar um dossiê com o mesmo tema, contendo, sobretudo, os trabalhos dos professores brasileiros e portugueses convidados.

Assim, a *CRONOS* em parceria com o Observatório Boa-Ventura de Estudos Sociais e o CES – Centro de Estudos Sociais tornou pública a chamada para textos inéditos que expressassem uma contribuição relevante para a reflexão acerca do tema: Sociedade, os direitos e a justiça, tornando possível a publicação de um dossiê no mencionado periódico com forte inserção internacional.

Os artigos que integram este número da Revista Cronos constituem peças de um *puzzle* incompleto, que procura mapear temáticas e dinâmicas, de natureza inter e transdisciplinar, em torno das relações entre Sociedade, Direitos e Justiça Cognitiva. Os textos aqui publicados avançam, certamente, como uma constelação de reflexões e análises que permitem fazer

interrogações e empreender discussões sobre um dos temas candentes do nosso tempo. Vejamos, em síntese, as contribuições dos diversos autores na abordagem do tema.

Mário Maia percorre os caminhos institucionais da tradição humanista no Século XX visando compreender a emergência e disseminação das ideias jurídicas no Brasil. Através do estudo de pesquisadores brasileiros, pretende explicitar como se integra o perfil profissional desses autores, na tradição humanista luso-brasileira. Procura ainda analisar, a partir do estudo de caso dos juristas formados na Faculdade de Direito no Recife, como se iniciou o processo de desvalorização do capital humanista ao longo do século transato.

Zéu Palmeira Sobrinho aborda as “possibilidades de uma formação jurídica emancipatória”, a partir de uma análise sobre um aspecto específico da crise do direito atual que consiste na tensão entre a formação jurídica hegemônica e o desafio da transformação do modelo cognitivo hegemônico. A proposta principal é “des-aprender” o direito hegemônico e procurar meios ou alternativas, baseados na experiência, para a construção de outra formação de perspectiva emancipacionista, levando em conta o pluralismo jurídico, a ecologia dos saberes, os direitos humanos e a prática social de uma escuta da implicação e uma outra da indignação.

Fábio Fidelis de Oliveira procura discutir, a partir do exemplo da organização jurisdicional portuguesa, o universalismo europeu quinhentista, tal como o concebe Immanuel Wallerstein. Abordando as ideias jurídicas e políticas da época, o autor reflete sobre os desafios

impostos por uma “ética colonizadora”, buscando analisar criticamente os seus impactos na criação do Tribunal Régio (denominado de “Mesa da Consciência e Ordens”). Com este exemplo, são lançadas pistas para uma concepção alternativa do modelo universalista dominante nos discursos ideológicos ocidentais.

João Pedroso reflete sobre os atuais contextos de mudança acelerada das famílias ocidentais e de mutação do respectivo direito de família. Constata, em oposição a este ciclo, que as políticas e os regimes jurídicos de acesso ao direito e à justiça têm uma transformação lenta (e até um retrocesso). Esta descoincidência faz intensificar as diferenças entre o direito de família e das crianças e as práticas de desigualdade e de vulnerabilidade, designadamente das mulheres e crianças no espaço doméstico, pelo que os meios de acesso ao (s) direito(s) e à(s) justiça(s) e de resolução dos litígios, nesta área de conflito social, são compostos por uma pluralidade de instâncias e de atores do Estado, da Comunidade e do Mercado ou em parceria. Esta “rede” não estruturada e fragmentada detém uma importância fundamental, funcionando como mecanismos compensadores para diminuir as desigualdades verificadas, sendo um fator de mudança social estruturante.

João Paulo Dias focaliza a importância do Ministério Público português, no âmbito do sistema judicial, como um ator importante em meio à pluralidade dos mecanismos existentes de acesso ao direito e à justiça dos cidadãos, sendo, muitas vezes, uma “porta de entrada” para quem procura a justiça. Radicado em tradições históricas, o Ministério Público desempenha um papel de “interface”

entre o sistema oficial de justiça e outras instituições estatais, entidades privadas ou da sociedade civil, numa fase anterior à instauração de um processo judicial, permitindo-lhe exercer um papel preponderante na articulação entre os meios formais e os informais de resolução de conflitos. Procura refletir sobre as mudanças que são necessárias introduzir no exercício das suas competências para que desempenhe eficazmente um papel preponderante na promoção do acesso dos cidadãos ao direito e à justiça.

Dina Ferreira questiona os mecanismos inerentes às atuais tensões existentes na produção de conhecimento, resultantes do imperativo da prática académica e científica que, em última instância e de forma perversa, limita a emergência de conhecimento inovador. Numa perspectiva dialética entre inclusão e exclusão, é possível verificar que o pesquisador, sempre que procura incluir-se na lógica dominante de produção científica, acaba por se excluir de processos de elaboração de conhecimento com relevância social. Não sendo uma equação fácil de superar, a autora procura trazer pistas para um debate de grande importância, atualidade e com impactos potenciais na sociedade. Entre a postura ética do pesquisador e as exigências lattianas que valorizam a quantidade urge questionar a validade científica do conhecimento pela escolha (ou não) entre teoria e prática.

Lenice Moreira de Moura discorre sobre as dimensões antropolítica e antropoética do Direito ou, como refere que podem ser perscrutadas pela dignidade humana, fraternidade e solidariedade ecológica, associadas à pulsão

transformadora do real proporcionada pela ciência e pela arte, na busca da religião fraterna do homem ao seu semelhante e ao cosmos. Discute a necessidade do reconhecimento jurídico-constitucional de princípios como a Dignidade Planetária ou Dignidade Humana, que emergem da compreensão do profundo sentido da unidualidade homem/natureza, para se caminhar num processo criativo de transformação da mente humana.

Norma Takeuti discute as “associabilidades lisas em sociedades interativas”. A ideia de associabilidade é desenvolvida e aplicada na análise de determinadas composições ou combinações (de atores-rede) que surgem no cenário contemporâneo. Mais articularmente, postula-se a emergência, na atualidade, de um tipo de *associabilidade* denominada “aberta e lisa”, em agrupamentos jovens e a partir de seus modos de interação. Associabilidade está relacionada a uma sociologia que busca *delinear associações* (teoria ator-rede). As noções (deleuzo-guattarianas) de *liso e estriado*; mas também as de *rizoma, fluxos, multiplicidade e heterogeneidade*, contribuem para demarcar o termo associabilidade (vista sob um regime de outros signos, ritmos e vibrações) em relação à noção de sociabilidade tomada no sentido clássico da palavra, isto é, a que remete sempre para noções de identidade e de homogeneidade. Focando alguns exemplos de experimentações sociais jovens, na atualidade, o texto procura elucidar como o complexo de noções acima intervéem na compreensão da associabilidade lisa jovem.

Além dos artigos do Dossiê temático que se debruçaram sobre o tema em

discussão, seguiu-se a seção de **artigos inéditos** inscritos num movimento alternativo; encerrando o círculo virtuoso, a **Seção complementar**, nos brindou com as “Saudades de Djalma Maranhão”, de *José Willington Germano*, bem como “Da poética pedagógica a uma poesia que ensina; Anti-manifesto para uma arte incapaz-Boaventura de Sousa Santos” de *Tania Lima*. Inserimos também o “**Ensaio em Imagens – Troca de Experiência**”, uma vez que consideramos importante, publicar a Programação do Colóquio, como registrar as imagens dos nossos encontros.

Por sua vez, torna-se significativo registrar que os organizadores do Dossiê Sociedade, Direitos e Justiça Cognitiva, bem como do II Colóquio, são incansáveis defensores da interlocução da universidade com a sociedade. Pessoas que sempre apostaram na ecologia dos conhecimentos, nos saberes plurais, na democratização das instituições universitárias através do fortalecimento da educação pública, da abertura da universidade aos grupos sociais excluídos e relegados pelo processo histórico excludente, a exemplo das populações indígenas e afro descendentes, bem como mediante uma prática acadêmica crítica e emancipatória, com vistas à desconstrução dos processos de dominação social.

Com a publicação do presente número da Revista *CRONOS*, completamos dezesseis anos de um trabalho ininterrupto que se iniciou em 2001, com um Dossiê dedicado aos cem anos de Luís da Câmara Cascudo, também resultante de Seminário Internacional, entre Brasil e Portugal. De lá para cá, muitas foram às reflexões que, quase sempre, procuraram

seguir a dinâmica social e as linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN, de conformidade com as áreas de interesse dos seus professores, pesquisadores e docentes visitantes, formando um coletivo acadêmico preocupado com os problemas fundamentais do nosso tempo.

Agradecemos aos autores, aos pareceristas, enfim, a todos que gentilmente se envolveram na organização do II COLOQUIO INTERNACIONAL SOCIEDADE, DIREITOS E JUSTIÇA COGNITIVA, aos membros do Conselho Editorial e da Comissão Editorial da Revista CRONOS, aos colegas do PPGCS, aos estudantes e gestores que contribuíram para esta publicação e a realização desse importante evento. Muito obrigado a todos.